

## A BNCC DO ENSINO MÉDIO E OS DESDOBRAMENTOS NO CURRÍCULO EM DISPUTAS

Roseane de Nazaré Luz Guimarães<sup>1</sup>

Ildenê Freitas da Silva Mota<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

O Ensino Médio brasileiro desde 2018 possui uma Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Para entender essa política educacional, se faz necessário conhecer os condicionantes que interferem diretamente na construção desse documento que passou por três versões até sua aprovação final em dezembro do ano referido. Adentrar no contexto desse processo, significa entender o movimento de disputas e interesses que se fazem presente, desde sempre, na construção de Políticas Curriculares.

Igualmente, diz respeito ao fato de que, para assumirmos uma posição frente a essas políticas é preciso, antes de tudo, resgatar os construtos históricos que permeiam tal discurso, assim como os diversos interesses presente na construção desses documentos, a exemplo da Base Nacional Comum Curricular. É nesse sentido que este estudo se torna instigante uma vez que busca promover uma discussão teórica sobre o currículo como objeto de disputas na definição de um documento normativo que é a BNCC para o Ensino Médio, bem como, os diferentes posicionamentos existentes.

Na busca de responder alguns questionamentos, o estudo tem como objetivo geral, analisar as disputas em torno do Currículo para o Ensino Médio no contexto da Base Nacional Curricular Comum – BNCC; e como objetivos específicos, analisar o Currículo enquanto objeto das políticas curriculares em disputas e compreender os diferentes posicionamentos que envolvem a construção da BNCC para o Ensino Médio.

### METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa em andamento, de abordagem qualitativa do tipo documental e bibliográfica com base nas formulações teóricas de Lüdke e André (1986) e Trivinos (1997). O tratamento dos dados está sendo construído a partir da análise do conteúdo de Maria Laura

---

<sup>1</sup> Estudante do Programa de Pós Graduação do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) da Universidade Federal do Pará – UFPA. Ro-pedag@hotmail.com

<sup>2</sup> Estudante do Programa Pós Graduação do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB) da Universidade Federal do Pará – UFPA. Ildene13@gmail.com

Franco (2012) e Laurence Bardin (2006). Nessa perspectiva metodológica, a Base Nacional Comum Curricular constitui-se a fonte precípua de pesquisa. Seguido de outros documentos e normativas importantes para melhor compreensão desse processo. Na busca de entender os principais conceitos deste trabalho, buscamos sustentação teórica em autores como: Sacristán (2000), Moreira e Silva (2007), Silva (2002) Frigoto (2002) que nos ajudam a entender o currículo como uma arena de lutas. Nessa perspectiva ainda nos apoiamos nas contribuições de Lopes e Macedo (2011)

## DESENVOLVIMENTO

Para falar sobre currículo, tomamos por base Moreira e Silva (2007) que ao discutir sobre esse conceito, advogam que “é considerado um artefato social e cultural” e que faz parte da política educacional. Por esta razão este “é objeto de regulações econômicas, políticas e administrativas” (SACRISTÁN 2000, p. 108) que envolve mais do que conteúdos discriminados, envolve posicionamentos de diferentes esferas políticas, e por essa razão não está isento de diferentes sentidos e diferentes posicionamentos.

Tendo em vista a perspectiva de que o currículo é um objeto de disputas, ao se referir às Políticas Curriculares das quais a Base Nacional Comum Curricular é parte, Tomaz Tadeu da Silva (2002), explicita que essas políticas estão interligas a um projeto neoliberal de educação no Brasil que é parte de um movimento internacional que busca a conquista hegemônica, reduz as noções de igualdade e justiça social e reforçam as ideias de “produtividade”, “eficiência”, “qualidade” e “modernidade”. Desta forma, o currículo enquanto objeto da política pública educacional, é uma das estratégias capazes de institucionalizar os pressupostos neoliberais, que, segundo Ramos e Frigotto (2016), seguem

[...] um projeto societário onde a classe burguesa brasileira se associa aos centros hegemônicos do capital mundial para manter uma das sociedades de maior concentração de propriedade e riqueza na mão de uma minoria e a manutenção da pobreza e miséria da maioria. Uma classe que é anti-nacional, anti-povo e antieducação pública universal, gratuita, laica e unitária para todos (p. 34).

Assim, nenhuma política curricular tende a ser neutra, pois segue um projeto de sociedade a ser formada, com objetivos bem específicos e um conjunto de regras, padrões, valores e intenções que, a partir do sistema curricular, regulam econômica, política e administrativamente a estrutura das escolas, a distribuição do professorado e,

consequentemente, regula o próprio currículo e controla a educação a partir de um viés ideológico (SACRISTAN, 2000, p. 108).

Nesse viés, as reformas da educação no Brasil que se apresentam sob a égide de uma política neoliberal, globalizada e mercadológica, primam pelo capital e ganha força nos governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso (FHC). Para Silva (2011, p. 15) o governo Collor representou a manifestação mais refinada de utilização da mídia, manipulação do afeto e sedução da população, ao implementar políticas neoliberais que desencadearam uma “nova definição de pedagogia dos sentimentos populares”, existentes até os dias atuais.

Para Frigotto (2002), esse movimento de reformas tem origem em uma reorganização mundial da economia, das relações de trabalho e do processo produtivo, seguindo uma lógica de lucro da iniciativa privada que visa a qualificação da força de trabalho, atribuída fortemente à educação formal escolar. “Os grandes mentores desta veiculação rejuvenescida são o Banco Mundial, BID, UNESCO, OIT e os organismos regionais e nacionais a eles vinculados” (FRIGOTTO, 2002, p. 38).

Segundo Marsiglia et al (2017), o marco desta redefinição da educação escolar no Brasil é a Conferência Mundial de Educação Para Todos que por meio do Banco Mundial, busca implementar uma reforma educacional de base por meio de financiamentos internacionais de iniciativa privada em parceria com um conjunto de organizações empresariais, com objetivo de adequar a educação a uma lógica de mercado por meio de uma tentativa de interligação entre “currículo unificado” a avaliações de larga escala, com a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (MARSIGLIA et al, 2017, p. 114).

A partir do conjunto de políticas públicas e reformas educacionais brasileiras, a ideia de “currículo único” foi se afinando no contexto político, histórico e social, culminando na implementação de uma Base Nacional Comum curricular - BNCC, que em seu texto oficial (...) é um documento de caráter normativo que define (...) aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, (...)” (BRASIL 2017). Ou seja, a BNCC é um documento prescritivo, por meio do qual o governo federal aponta como objetivo integrar o ensino em todo o Brasil e gerar um currículo Nacional.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nossos estudos apontam para o fato de que o currículo é um elemento de lutas, um campo permeado de ideologia, cultura e relações de poder. Para Lopes e Macedo (2011) o currículo é “uma prática de poder, mas também uma prática de significação, de atribuição de sentidos. Ele constrói a realidade, nos governa, constrange nosso comportamento, projeta nossa identidade, tudo produzindo sentidos”. Dessa feita, podemos perceber que o currículo enquanto campo de disputas, estabelece forças antagônicas no campo educacional e no que é ensinado nas escolas.

Posto isso, fica mais evidente que em toda e qualquer discussão, não se pode conceber o currículo como artefato de neutralidade na transmissão do conhecimento, mas sim como um elemento que expressa vontades, desejos, postura política e se mostra imbricado de relações de poder e forças antagônicas no sistema educativo em um dado momento. Tendo em seu conteúdo e formas, a opção historicamente configurada de um determinado meio cultural, social, político e econômico.

Assim, foi justamente nesse contexto de disputas e poder que se deu a construção da BNCC que contou com uma Comissão instituída pelo MEC, com representantes de Universidades e a parceria de entidades privadas, além do movimento pró base que representa os interesses de empresas, fundações e instituições filantrópicas. Nesse contexto destaca-se grupos com interesses diferentes e com grandes influencias no processo, entre os principais, destaca-se: Itaú, Unibanco, Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Camargo Corrêa, Fundação Lehmann e Todos pela Educação e Amigos da Escola, com ênfase à Fundação Lemann, de Jorge Paulo Lemann, um dos controladores da cervejaria Anheuser - Busch InBev e do fundo de participações 3G Capital (dono do Burger King, Americanas, Submarino, Shoptime e da Heinz).

Nesse sentido se evidencia que em torno da ideia de uma base, há interesses diversos e um projeto educacional voltado para o mercado bem delineado na BNCC para o Ensino Médio, a exemplo dos itinerários formativos. Por essa razão alguns autores dizem que é uma base esvaziada de conteúdos voltada a atender os interesses empresariais e que serve para a adaptação dos indivíduos ao capitalismo do século XXI (MARSIGLIA et al, 2017), visando atender avaliações externas e com intuito de aferir parâmetros de qualidades a partir de ranques internacionais.

A construção da BNCC não se deu de forma democrática, tampouco respeitou a diversidade cultural, pois atende a interesses privados com tentativas de “adequação” do

currículo brasileiro a uma política neoliberal que promove a mercantilização da educação, incentiva o mérito, dá ênfase ao conteúdo e reduz a educação à avaliação e a processos externos de controle por meio da avaliação de larga escala.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o currículo aparece nas políticas educacionais como um objeto permeado de lutas e disputas políticas onde se decide o que deve ser ensinado aos jovens do Ensino Médio e por essa razão a Base Nacional Comum Curricular vigente no Brasil, está fundamentada numa política neoliberal que promove a mercantilização da educação, incentiva o mérito, dá ênfase ao conteúdo, privilegiando determinadas áreas, favorece a disciplinarização do conhecimento e reduz a educação à avaliação e a processos externos de controle por meio das avaliações de larga escala, alinhada a uma lógica homogeneizadora que orienta por meio de um caráter meramente técnico e instrumental.

**Palavras-chave:** BNCC; Currículo, Ensino Médio.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Formação Humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática**. In: GENTILI, Pablo A. A.; DA SILVA, Tomaz Tadeu. Neoliberalismo, qualidade total e educação. 11. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. 204 p.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias do Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão et al. **A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil**. In: Germinal: Marxismo e Educação em Debate, v. 9, n. 1, p. 107-121, 2017.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Vozes. 2002.